

Simbologia, numismática e iconografia: a imagem como documento

Cláudio Umpierre Carlan¹

Resumo

O artigo começa com apresentação da moeda como documento histórico e a organização da numismática como disciplina científica, no século XIX. Utilizamos como modelo as cunhagens realizadas em Roma, durante período conhecido como Antiguidade Tardia.

Palavras-chave: Moeda; Política; Antiguidade Tardia.

Abstract

The paper begins with the presentation currency as a historical document and organization of numismatics as a scientific discipline in the XIX century. We use as a model, the coins minted in Rome, during the period known as Late Antiquity.

Keywords: Coin; Politics; Late Antiquity.

O poder da imagem

As nações procuram no passado legitimar seu poder, status de potência, herdeiras naturais do Império Romano ou do Mundo Carolíngio. Utilizaram uma série de símbolos associados tanto à arte quanto aos padrões ideológicos de uma época. O então Papa João Paulo II, numa tentativa de legitimar a União Europeia, invocou o Império de Carlos Magno como uma primeira união dos povos europeus pós Roma.

A iconografia, as relações de poder ligadas a uma certa representação são mais que um meio de comunicação, de linguagem, de exposição dos grandes mistérios, da mitologia, religião, cultura, política ou sociedade. A revolução da imagem como meio de comunicação inicia outros caminhos (FERNÁNDEZ; ARENAS, 1984, p. 75).

¹ Pós-Doutorando em Arqueologia e Pesquisador Colaborado do LAP /NEPAM / UNICAMP; Doutor em História Cultural pela UNICAMP; Professor Adjunto 4 de História Antiga e do Programa de Pós Graduação em História Ibérica, da Universidade Federal de Alfenas - MG.

No passado, esses objetivos estavam restritos à contemplação de uma elite. As coleções de Augusto, em Roma, ou de Carlos Magno estavam abertas apenas para o ciclo mais íntimo do governante. Com nascimento do Estado-Nação, os objetos passam a pertencer a uma rede de exposição pública, contemplados em Coleções, salões e museus.

Nesse sentido, a moeda, a ciência numismática de uma maneira em geral, seguiu esse mesmo rumo.

Na Grécia, em Roma ou na Espanha Medieval, o possuidor de uma determinada espécie monetária estranha, esse objeto falava-lhe pelo metal, nobre ou não, em que era cunhada, pelo tipo e pela legenda. O primeiro informava-o sobre a riqueza de um reino, e os outros dois elementos diziam-lhe algo sobre a arte, ou seja, o maior ou menor aperfeiçoamento técnico usado no fabrico do numerário circulante, sobre o poder emissor e, sobretudo, sobre a ideologia político-religiosa que lhe dava o corpo. É dentro deste último aspecto que pretendemos explorar a fonte numismática.

Os símbolos que habitam a numismática estão dotados sempre de uma clara organização hieroglífica, pois procedem do fato de que essas imagens difundidas se articulam sempre com o idioma figurado, no qual o poder se expressa secularmente. Trata-se, segundo La Flor (1995, p. 183), do surgimento de representações de águias, leões, como também de torres, cruzes, da fênix, de imperadores ou de personagens pertencentes a uma elite político-econômica, que representam a órbita de ação do poder, chegando ao ponto em que a numismática pode ser definida “como um monumento oficial a serviço do Estado.” Lembramos ainda que, como afirma Cassirer, “...em lugar de definir o homem como um animal *rationale*, deveríamos defini-lo como um animal *symbolicum*.” (CASSIRER, 1977, p. 70).

Desse modo, a iconografia, e toda a sua simbologia, aparece de fato como testemunho mais evidente do imaginário de uma determinada civilização. Esses signos mantêm com seu objeto uma relação causal de contiguidade física natural. Como exemplo, podemos citar as letras ou símbolos gregos localizados no *campo* das moedas. Eles indicam que as amoedações foram realizadas por casas monetárias de origem ou influência cultural grega. Realizando uma comparação com o *exergo*, comprovamos esta relação. Greenwell, no século XIX, já defendia a posição importante das cidades gregas, principalmente de Cyzicus como centro de cunhagem (GREENWELL, 1887, p. 9).

Chartier destaca a importância da interpretação dessa simbologia, chamada por ele de “signos do poder”.

...Daí a necessidade de constituir séries homogêneas desses *signos do poder*: sejam as insígnias que distinguem o soberano dos outros homens (coroas, cetros, vestes, selos etc.), os monumentos que, ao identificarem o rei, identificam também

o Estado, até mesmo a nação (as moedas, as armas, as cores), ou os programas que tem por objetivo representar simbolicamente o poder do Estado, como os emblemas, as medalhas, os programas arquitetônicos, os grandes ciclos de pintura... (CHARTIER, 1990, p. 220).

A moeda mostra-se uma excelente fonte, pois, a partir de sua análise, encontramos diversos aspectos que abrangem a série na sua totalidade. Ou seja, aspectos políticos, estatais, jurídicos, religiosos, econômicos, mitológicos, estéticos. Podendo informar sobre os mais variados retrospectos de uma sociedade, ela testemunha determinadas relações culturais importantes para o historiador. Mas também não podemos esquecer que as amoedações como documentos não são reflexo de uma simples troca comercial ou aquecimento na economia. Elas identificam um outro acontecimento paralelo, uma materialidade, constituída por camadas sedimentares de interpretações: “o documento, é assim, pensado arqueologicamente como monumento” (JENKINS, 2001, p. 11).

Assim sendo, a moeda como documento pode informar sobre os mais variados aspectos de uma sociedade, tanto político e estatal, como jurídico, religioso, mitológico, estético.

Sem dúvida alguma é no terreno das ideias políticas e da propaganda onde é mais fecundo o serviço da Numismática à História...[Devemos] refletir sobre a significação da moeda no mundo antigo, num mundo onde não existiam meios de informação comparáveis aos nossos, onde o analfabetismo se estendia a numerosas camadas da população. A moeda é um objeto palpável, objeto que abre todas as portas e proporciona bem estar. Nela pode-se contemplar a efígie do soberano, enquanto os reversos mostram suas virtudes e a prosperidade da época: *Felicitas Temporum, Restitutio Orbis, Victoria e Pax Augusta...*são slogans, propaganda.” (ROLDÁN HERVÁS, 1975, p. 166).

Podemos identificar essa função legitimadora da moeda como um instrumento de propaganda política em vários períodos da História. Tanto no mundo antigo quanto na República Velha brasileira, conforme o modelo abaixo:



Foto e Acervo, Cláudio Umpierre Carlan, junho de 2015.

Anverso: Imagens de D. Pedro I (1798-1834) e do Presidente Epitácio Pessoa (1865-1942), sobrepostas, simbolizando a união de ambos os governos. Essa moeda foi cunhada em homenagem aos 100 anos da Proclamação de Independência, como podemos identificar nas legendas *ACCLAM. INDEPENDENCIA X. PPRESID DA REPUBLICA*. Entre as duas representações, identificamos a imagem do Cruzeiro do Sul. Essas imagens sobrepostas eram comum no Império Romano. Elas associavam dois governantes ao poder, um sendo sucessor do outro. O mesmo fez o rei visigodo Égica (610 – 702), na primeira metade século VII, conseguiu fazer de seu filho, Wittisa (? – 710) seu sucessor. Com esse objetivo, associou-o ao seu governo. Esses dois personagens aparecem reunidos nas moedas do período: o rei no anverso e o herdeiro no reverso. Pelo mesmo motivo, os reis Égica e Wittisa surgem juntos e coroados em algumas peças do final do século VII. Nos terços de soldo, moeda de ouro, na legenda, escrita em latim, lê-se: *EGICA REX WITTISA REX CONCORDIA REGNI*. Pai e filho apresentam-se ante seu reino como uma dinastia, embora ainda um não tivesse sucedido ao outro. Nessas moedas, o rei e o príncipe estão representados de lado, face a face, com uma cruz entre ambos. Em alguns exemplares cunhados em Toledo, Égica e Wittisa seguram e erguem a cruz.

No reverso, alusão ao 1º Centenário da Independência, descrito na legenda, com a data de 7 de setembro, 1822-1922. Ambos os símbolos políticos de cada período estão representados: a coroa (esquerda), Monarquia (elevação, poder, iluminação. Elevam-se acima da cabeça e são insígnias do poder e da luz (CHEVALIER; GHEERBRANT, 1997, p. 288,289); e o barrete frígio (direita), a República. Desde a Antiguidade, o barrete frígio simboliza a liberdade. Quando o gladiador em Roma era liberto, ele recebia dois símbolos da conquista dessa liberdade: a espada de madeira (*rudis*) e o barrete frígio. Os revolucionários franceses também usaram essa simbologia.

Série comemorativa à Independência, no valor de 1000 reis, bronze-alumínio.

Iconografia e Simbologia

A iconografia, aliada aos textos, no passado chamada de “documentação auxiliar”, desempenha uma função central para os fins da interpretação (GUINZBURG, 1989, p. 62).

Ao desmontar as condições de produção documento / monumento nas representações ideológicas na Castela Medieval, Nieto Soria acrescenta que as cerimônias do poder são únicas, e não repetitivas, não se tratando de um discurso vazio, pois em cada leitura há uma diferente visão (NIETO SORIA, 1993, p. 16). A cerimônia política torna-se mais forte que a

retórica escrita. Na própria legitimação do poder, o ritual está presente. Nesse “jogo político”, segundo Chartier, o rei tem o máximo peso, pois ao modificar as posições no cerimonial, pode não apenas jogar com um equilíbrio de tensões favorável à sua dominação, como também determinar a posição social, real, de cada cortesão (CHARTIER, 1990, p. 112).

O poder não pode ser apreendido pelo estudo do conflito, da luta e da resistência, a não ser em suas manifestações mais restritas. O poder não é característico de uma classe ou de uma elite dominante nem pode ser atribuído a uma delas. Para Foucault, o poder é uma estratégia atribuída às funções. O poder não se origina nem na política nem na economia, e não é ali que se encontram suas bases. Ele existe como uma rede infinitamente complexa de micropoderes, de relações de poder que permeiam todos os aspectos sociais. O poder não só reprime, mas também cria. Dentre todos esses aspectos, o mais polêmico é a constatação de que o poder cria a verdade e, portanto, a sua própria legitimação. Cabe aos historiadores identificar essa produção da verdade como uma função do poder (HUNT, 1995, p. 46).

Estas práticas do poder - e seus simbolismos - atuam de uma maneira direta ou não, através de questões ideológicas. E em toda uma sociedade, através das ideias da classe dominante, predominam oralmente ou escritas. Cardoso diz que “...é de especial interesse e bem esclarecedor o estudo dos mecanismos que asseguram e reproduzem a hegemonia ideológica...” (CARDOSO, 1979, p. 397).

Podemos verificar uma resistência tenaz das antigas formas de administração e de comunicação. Na própria Inglaterra do século XII, apesar dos progressos quanto ao domínio da leitura e da escrita, a palavra ouvida e o gesto visto permanecem a expressão essencial do poder de comando e justiça (CHARTIER, 1990, p. 218).

Para Pastoreau, a “escrita circular”, as legendas monetárias são pouco estudadas. Elas foram vistas e manuseadas por indivíduos das mais variadas condições sociais (PASTOREAU, 1988, p. 125). Mas o texto tocado pelas pessoas não significa que foi lido. O autor pretende dar uma importância maior às inscrições do que ao tipo da moeda, representado no reverso, onde estaria localizado o maior número de informações em um pequeno espaço.

Essas legendas eram abreviaturas em latim, relacionadas com as imagens de anverso e reverso, ocorrendo assim a união escrita / imagem. O receptor daquela peça saberia identificar o seu governante, suas mensagens simbólicas. Existiam todas as espécies de signos, figuras geométricas, signo de pontuação, astros, animais, vegetais, brasões, que levavam uma mensagem governante / governado, ao vasto mundo romano.

Muitas das legendas monetárias continuaram a ser representadas durante os séculos posteriores. Como o do touro, identificado com a família Borgia, principalmente com o Papa Alexandre VI (BERNI, 1950, p. 86), e também presente nas moedas de Juliano, o apóstata.

Na propaganda protestante do século XVI, nos Principados Alemães, Lutero é apresentado sob a forma de *Hercules Germanicus*, com uma pele de leão, empenhado em golpear com sua clava, Aristóteles e Tomás de Aquino (GINZBURG, 1989, p. 68). O que lembra as moedas de Maximiano, nas quais o Imperador do Ocidente é comparado a Hércules. Enquanto seu colega do Oriente, Diocleciano, é comparado a Júpiter.

Em *A micro-história e outros ensaios*, Carlo Ginzburg rompe com certas maneiras de pensar a História, atraindo para a ciência histórica elementos oriundos de outras áreas do saber. Construindo novos objetos através de outros temas, como a feitiçaria, metamorfose animal, ritos de fertilidade e a iconografia, o autor descreve a dominação da periferia pelo centro, tratando das imagens como instrumento de persuasão nunca pacífica. Quando se colocam em destaque o busto do soberano e as sua insígnias, estaremos perante uma utilização direta dessa imagem para interpretar os conflitos políticos, mostrando bem como um certo estilo e determinadas fórmulas de representação podem ter sido impostas, numa espécie de batalha simbólica (GINZBURG, 1989, p. 74).

Chartier esclarece que compreender o significado histórico dessas séries de signos, numerosas, variadas, densas, exige, por fim, que se interroguem as diferenciações da sua decifração, pois:

Cada uma delas é susceptível de leituras plurais, que variam de acordo com a circulação desigual dos códigos e das chaves próprios de cada fórmula de representação, e também consoante os distanciamentos dos saberes e das competências dos diferentes públicos colocados em posição de ver o poder através dos seus signos. Tratar-se-ia, portanto, de construir uma problemática da variação histórica e sociocultural da percepção e da compreensão dos signos do Estado a partir do modelo proposto para a leitura dos textos ou para decifração dos frescos e quadros. Os signos do poder não tem as mesmas áreas sociais de circulação e não implicam as mesmas regras de interpretação. Reconstituir essas diferenças (no acesso ao signo como nas possibilidades da sua <leitura>, mais ou menos conforme a intenção que o produziu) é uma tarefa difícil, mas indispensável, para apreender, no campo da prática, a eficácia da simbólica do Estado (CHARTIER, 1990, p. 221).

Considerações Finais

Os seres humanos desenvolvem diversas formas simbólicas, tanto artísticas quanto linguísticas, expressas pela sua consciência. Com isto, podemos afirmar que: “...os símbolos políticos são definidos como símbolos que funcionam até um ponto significativo na prática do poder” (DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 1987, p. 1115).

Podemos verificar uma resistência tenaz das antigas formas de administração e de comunicação. Na própria Inglaterra do século XII, apesar dos progressos quanto ao domínio da leitura e da escrita, a palavra ouvida e o gesto visto permanecem a expressão essencial do poder de comando e justiça (CHARTIER, 1990, p. 218).

As moedas configuravam significados e mensagens do emissor (imperador, membros de sua família ou pessoas que circulavam próximas ao poder) para seus governados. Continham símbolos que deveriam ser entendidos ou decifrados pelo receptor. Como os símbolos urbanos, que representavam a cidade ou algum habitante importante, ou as insígnias dos imperadores romanos que vão reaparecer no Sacro Império Romano – Germânico, durante o governo de Frederico II (1194 – 1250).

A numismática ou ciência das medalhas e moedas tem merecido de todos os países uma proteção especial. Nas nações europeias ela constitui a preocupação de muitos sábios. Raros ignoram a importância que se dá em França ao famoso *Cabinet des Médailles*, carinhosamente fundado por Luis XIV, e o valor extraordinário das coleções reais da Itália, que dão ensejo a publicações de inestimável preço... (Discurso de Gustavo Barroso, em 15 de junho de 1929.) (DUMANS, 1940, p. 216).

As moedas, medalhas e sinetes são documentos de alta valia para os estudos arqueológicos e históricos, prestando serviço à egiptologia, assiriologia, à história das civilizações da Hélade, do Latium, da Etrúria, da Judéia, da Síria, da Armênia. (VIEIRA, 1995, p. 105). Através das moedas e medalhas, é possível estabelecer não apenas datações precisas, mas escrever a história do poder temporal dos papas, reis, imperadores, de todos aqueles que circundam a orla do poder.

Uma das atribuições da Arqueologia moderna é fazer uma leitura, ou releitura, da iconografia. Analisa-se o papel das imagens na construção do conhecimento histórico e arqueológico. Assim sendo, podemos inserir a moeda nessa última fase, que, durante muito tempo, ficou confinada a reservas técnicas dos museus, sendo apenas um objeto de conservação, não de pesquisa. Segundo Funari (1995, p. 24), “...Não se trata, assim, de

acreditar no que diz o documento, mas de buscar o que está por trás do que lemos, de perceber quais as intenções e os interesses que explicam a opinião emitida pelo autor, esse nosso foco de atenção”.

O autor ainda afirma que, para conhecermos melhor o mundo romano, dispomos de diversas fontes de informações como: documentos escritos, objetos, pinturas, esculturas, edifícios, moedas, entre outros (FUNARI, 2002, p. 78).

Agradecimentos:

À UNIGRANRIO, em especial à amiga e colega Jacqueline Lima, pela oportunidade de trocarmos ideias; a Pedro Paulo Abreu Funari, André Leonardo Chevitarese, Paula Aranha, Ciro Flamarion Santana Cardoso (*In Memoriam*).

A responsabilidade pelas ideias restringe-se ao autor.

Referências bibliográficas

BERNI, Giulio. *Le Medaglie degli ANNI SANTI*. Barcelona: ANNO Santo, 1950.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. e PÉREZ BRIGNOLI, Héctor. *Os Métodos da História*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979.

CASSIRE, E. *Antropologia Filosófica*. Ensaio sobre o Homem. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

CHEVALIER, Jean. GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos*. 8a. ed. Tradução: Vera Costa e Silva, Raul de Sá Barbosa, Ângela Melim, Lúcia Melim. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1997.

DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Documentação. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987.

DICTIONARY OF ROMAN COINS, Republican and Imperial. Seth William Stevenson, C. Roach Smith, Frederic W. Madden. London: B.A. SEABY LTDA, 1964.

DUMANS, Adolfo. *O Museu Histórico Nacional através dos seus 19 anos de existência*. Anais do Museu Histórico Nacional, volume 1, Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional / Imprensa Nacional, 1940.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Antigüidade Clássica: a História e a cultura a partir dos documentos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

_____. *Grécia e Roma: vida pública e vida privada*. Cultura, pensamento e mitologia, amor e sexualidade. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.

FERNÁNDEZ-ARENAS, José. *Teoría y Metodología de la Historia del Arte*. Barcelona: Editorial Anthropos, 1984.

FLOR, Fernando R. de La. *Emblemas Lectures de La Imagem Simbólica*. Madrid: Alianza Editorial, 1995.

FUNARI, P. P. A., HALL, M. JONES, S. (eds). *Historical Archaeology, back from the edge*. London: Routledge, 1999.

GINZBURG, Carlo. *A Micro-História e outros ensaios*. Tradução de Antônio Narino. Lisboa: Difel, 1989.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais*. Morfologia e História. Tradução de Federico Carotti. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GREENWELL, Willian. *The Electrum Coinage of Cyzicus*. London: Rollin and Feuardent, 1887.

HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. Tradução de Jefferson Luís Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

JENKINS, Keith. *A História Repensada*. Tradução Mário Vilela. Revisão Técnica Margareth Rago. São Paulo: Contexto, 2001.

NIETO SORIA, Jose Manuel. *Ceremonias de La Realeza. Propaganda y Legitimacion en La Castilla Trastámara*. Madrid: Editorial Nerea, 1993.

NIETO SORIA, Jose Manuel. *Poder Real - Fundamentos Ideológicos del Poder Real en Castilla (Siglos XIII-XVI)*. Madrid: EUEMA S.A., 1988.

ROLDÁN HERVÁS, J. M. *Introducción a la Historia Antigua*. Madrid: Ediciones Istmo, 1975.

SAMARAN, Charles. (Dir.). *L'Histoire et ses Méthodes*. Encyclopédie de la Pléiade. Paris: Editions Gallimard, 1961.

PASTOUREAU, Michel. *Coleurs, images, symboles*. Études d'Histoire et d'Anthropologie. Paris: Léopard d'Or, 1988.

TOPOLSKY, Jerzy. *Metodologia de la História*. 2a. ed. Madri: Cátedra, 1985.

VIEIRA, Rejane Maria Lobo. *Uma grande coleção de moedas no Museu Histórico Nacional?*
In: Anais do Museu Histórico Nacional, volume 27, Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1995.